A LEI Nº 11.718/08 COMO CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À APOSENTADORIA POR IDADE

Aline Fagundes dos Santos

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. Doutoranda em Direito Previdenciário, São Paulo – SP. E-mail: adv.alinefagundes@gmail.com

RESUMO

O sistema de previdência social no Brasil antes da Constituição Federal de 1988, não apresentava instrumentos de proteção ao trabalhador rural, em que pese boa parte da população brasileira ocupar o meio rural para garantir o seu sustento. Somente no ano de 1971 o trabalhador rural foi abrangido pelo sistema previdenciário, enquanto que a trabalhadora rural somente teve de fato sua proteção com o advento da Constituição Federal de 1988. A partir deste cenário constitucional de 1988, tivemos o estabelecimento da aposentadoria por idade no meio rural com diminuição de cinco anos de idade em relação aos trabalhadores do meio urbano. No de 2008, através da Lei nº 11.718/91, os trabalhadores rurais que deixaram o campo sem implementarem todos os requisitos para a concessão da aposentadoria por idade, foram novamente protegidos através de legislação infraconstitucional que de fato proporcionou a concretização do direito fundamental a aposentadoria por idade.

Palavras-chave: Direito, Previdência, Aposentadoria, Idade.

THE LAW Nº 11.718/08 AS REALIZATION OF THE FUNDAMENTAL RIGHT THE RETIREMENT AGE

ABSTRACT

The social security system in Brazil before the 1988 Federal Constitution, had no instruments to protect the rural worker, despite much of the population occupy the rural areas to ensure their livelihood. Only in 1971 the rural worker was covered by the social security system, while the rural worker had in fact his only protection with the advent of the Federal Constitution of 1988 From this constitutional backdrop of 1988 we had the establishment of the retirement age in rural environment with a decrease of five years of age in relation to workers in urban areas. In 2008, through Law No. 11,718 / 91, rural workers who left the field without implementing all the requirements for the granting of retirement age, were again protected by constitutional legislation that actually gave the realization of the fundamental right to retirement by age.

Keywords: Law, Pensions, Retirement, Age.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade analisar o instituto da aposentadoria por idade, no que diz respeito principalmente ao trabalhador rural e as inovações trazidas pela Lei nº 11.718/08.

O trabalhador rural obteve o devido respeito por parte do legislador somente com o advento da Constituição Federal de 1988 que estabeleceu o direito a concessão do benefício de aposentadoria por idade com idade reduzida em cinco anos em relação ao trabalhador urbano, e ainda a garantia de um salário mínimo, tanto para homens como também mulheres.

O cenário que envolve o trabalhador rural e principalmente aquele que deixou o campo modificou-se de forma significativa com a Lei nº 11.718/91, objeto do presente artigo.

DESENVOLVIMENTO

O sistema previdenciário brasileiro está estruturado na Constituição Federal de 1988, entre os artigos 201 e 202, prevendo a obrigatoriedade de filiação para aquelas pessoas devidamente determinadas em lei, conhecidas como segurados obrigatórios, e ainda também a obrigatoriedade de contribuição previdenciária por parte daquelas. Em contrapartida serão protegidos diversos riscos sociais, entre eles doença, invalidez, morte, idade avançada, maternidade, entre outros.

Neste cenário, um benefício previdenciário de extrema relevância trata-se da aposentadoria por idade, prevista no art. 201, § 7º, II, da Constituição Federal, o qual estabelece o direito a sua concessão a partir do implemento de sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, prevendo ainda a possibilidade de redução de cinco anos de idade, para o caso dos trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

O benefício de aposentadoria por idade também foi disciplinado no art. 48, da Lei nº 8.213/91, o qual prevê a sua concessão aos segurados do sexo masculino quando do implemento da idade de sessenta e cinco anos, e sessenta anos para as seguradas, além do preenchimento do requisito pertinente a carência, o qual segue previsto no artigo 25, do mesmo diploma legal e indica a necessidade de 180 contribuições mensais.

Ainda, de forma semelhante ao texto constitucional tem-se previsto outra regra de grande valia pertinente à concessão da aposentadoria por idade, no § 1º, do mesmo artigo 48 em tela, a qual informa que a idade prevista anteriormente deve ser reduzida em cinco anos tanto para homens como mulheres, sempre que os segurados tratem-se de trabalhadores rurais, independentemente da espécie.

A justificativa alegada pelo legislador e doutrina para a diminuição do requisito etário em razão dos trabalhadores rurais está centrada no fato de que o labor desenvolvido por estes profissionais é extremamente nocivo, muitas vezes executado em condições penosas, insalubres e até mesmo contrárias as condições climáticas, com o excesso de exposição ao sol, calor, chuva, entre outros, enquanto que os demais trabalhadores estariam protegidos destes malefícios no meio urbano.

O fato é que a classe dos trabalhadores rurais no Brasil, foi por muito tempo discriminada, vindo a receber o seu devido respeito e proteção somente a partir do advento da Constituição Federal de 1988, que garantiu a igualdade de direitos entre os trabalhadores do meio campesino em relação ao meio urbano, e principalmente a dignidade da pessoa humana, tendo ainda como objetivo o fim de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Em que pese o trabalho no meio rural absorver até 1988, boa parte dos trabalhadores brasileiros, entre homens e mulheres, não era ele objeto de interesse do legislador até aquela data, isto porque pouquíssimos documentos legais existiam de proteção para esta categoria, sem falar na trabalhadora rural que estava totalmente excluída do círculo de proteção do Estado.

Tem-se a notícia que somente em 1963, o trabalhador rural foi efetivamente incluído na legislação previdenciária através da Lei nº 4.214, que recebeu o nome de Estatuto do Trabalhador Rural, ou seja, mesmo diante da realidade brasileira da época que apresentava mais trabalhadores no campo do que nos centros urbanos, esses profissionais até aquela data não recebiam nenhum tipo de proteção do Estado.

Somente no ano de 1971, o trabalhador rural teve garantido a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria por velhice no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento), do salário mínimo quando completasse a idade de sessenta e cinco anos, insta lembrar que seria contemplado apenas o trabalhador do sexo masculino, pois as mulheres trabalhadoras rurais tiveram proteção somente com o advento do texto constitucional de 1988.

Desta feita, com a Constituição Federal de 1988, o sistema de previdência social no país passou por uma reformulação, vindo a incluir tanto trabalhadores urbanos como também rurais, por conta do princípio constitucional que veda a discriminação entre os indivíduos, e o trabalho, por sua vez, sendo um direito fundamental a partir do novo texto, não poderia ser critério a embasar um tratamento diferenciado entre estes trabalhadores.

Neste interim, a fim de compensar as inúmeras distorções legislativas já existentes no país em relação aos trabalhadores rurais, o legislador infraconstitucional estabeleceu uma nova categoria de aposentadoria por idade, intitulada de mista ou híbrida, através da Lei nº 11.718/08,

a qual prevê a possibilidade de concessão do benefício para todos aqueles segurados da Previdência Social que implementem a carência indicada na lei, mesmo que considerados períodos de trabalho no campo e no meio urbano, exigindo apenas que os segurados do sexo masculino contem com sessenta e cinco anos de idade, e os do sexo feminino com sessenta anos de idade, ou seja, a idade indicada é aquela prevista no meio urbano.

Assim, através da nova previsão percebemos que o diploma beneficia aqueles trabalhadores que não teriam tempo suficiente para o jubramento se fossem considerados apenas os períodos de trabalho rural ou urbano de forma isolada, situação muito comum levando-se em conta que vários trabalhadores rurais deixaram o campo no decorrer dos anos e buscaram novos postos de trabalho no meio urbano, sendo que aqueles que já contavam com uma idade avançada encontravam dificuldade para completar a carência prevista para a aposentadoria por idade somente no meio urbano.

Neste sentido, os tribunais no país já vem enfrentando casos da espécie e aplicando a Lei nº 11.718/08, conforme decisões que seguem abaixo:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. 1. É possível a concessão de inativação por idade, mediante contagem conjunta de tempo de serviço urbano e rural, no período necessário à concessão do benefício, desde que implementado o requisito etário exigido para a aposentadoria por idade urbana (60 anos para mulher e 65 para homem). Precedentes da Terceira Seção deste Regional. (...)¹.

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA HÍBRIDA POR IDADE. INTEGRAÇÃO DE PERÍODO DE TRABALHO RURAL AO DE CATEGORIA DIVERSA. ART. 48, § 3º DA LEI 8.213/91. CARENÇA E REQUISITO ETÁRIO. Os trabalhadores rurais que não atendam ao disposto no art. 48, § 2º, da Lei nº 8.213/91, mas que satisfaçam as demais condições, considerando-se períodos de contribuição sob outras categorias do segurado, farão jus ao benefício de aposentadoria por idade ao completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos, se mulher, conforme o disposto no art. 48, § 3º da Lei nº 8.213/91. Preenchendo a parte autora o requisito etário e a carência exigida, tem direito a concessão da aposentadoria por idade.²

PREVIDENCIÁRIO. SENTENÇA EXTRA PETITA. ANULAÇÃO DE OFÍCIO. APLICAÇÃO DO ARTIGO 515, §3º, DO CPC. CAUSA MADURA. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ARTIGO 48, §§, 3º E 4º, DA LEI 8.213/91. ATIVIDADE RURAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. RECONHECIMENTO. RECURSO DO INSS E REMESSA PREJUDICADOS. ANÁLISE DO MÉRITO. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. PEDIDO JULGADO PROCEDENTE. - Pretende

¹ AG - AGRAVO DE INSTRUMENTO. Processo nº 5003070-97.2014.404.0000, Órgão julgador: Sexta Turma, TRF 4ª Região, Data da decisão: 09/07/2014.

² AC - APELAÇÃO CÍVEL. Processo nº 0022717-76.2013.404.9999, Órgão julgador: Quinta Turma, TRF 4ª Região, Data da decisão: 10/06/2014.

a parte autora a concessão da aposentadoria por idade e ou por tempo de contribuição urbana, computando-se o período trabalhado em atividade rural, sendo que o MM. Juízo a quo apreciou o pedido inicial como se fosse aposentadoria por idade rural, na qualidade de segurado especial, aplicando o artigo 48, §1º da referida Lei, configurando-se a sentença extra petita, razão pela qual deve ser anulada. - Conforme julgados do Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista a relevância social e alimentar dos benefícios de previdência e assistência social, predomina a fungibilidade das ações por incapacidade, em observância ao princípio *juria novit curia*, incidente com maior força nos pleitos previdenciários, os quais são julgados *pro misero*. - A inovação legislativa levada a efeito pela Lei 11.718/08 que, incluiu o §3º, no artigo 48 da Lei 8.213/91, criou nova espécie de aposentadoria por idade, conhecida como aposentadoria híbrida, permitindo que o segurado some períodos de atividade rural com períodos de contribuição em outras qualidades de segurado. No entanto, a idade mínima a ser considerada é de 65 anos de idade, se homem, e 60 anos, se mulher, equiparando-se ao trabalhador urbano no requisito etário. - Tendo em vista os princípios constitucionais da universalidade, da uniformidade e da equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais (artigos 194, parágrafo único e 201 da CF/1988) e da isonomia (artigo 5º, caput, da CRFB/88), tem-se que a correta interpretação do §3º do artigo 48 da lei 8.213/91 é a de que a concessão da aposentadoria por idade com carência híbrida deve ser admitida para qualquer espécie de segurado, mediante a contagem, para fins de carência, de períodos de contribuição tanto na qualidade de segurado urbano quanto para o rural, ainda que a atividade urbana seja a última. Precedente. - Os documentos acostados aos autos consubstanciam o início de prova material a que alude a lei para fins de comprovação do exercício atividade rural em regime de economia familiar pela autora. - Registre-se que o início de prova não precisa abranger todo o período de carência do benefício, diante da dificuldade do rurícola de obter prova material do exercício de atividade rural, mas desde que prova testemunhal amplie a sua eficácia probatória (STJ, 3ª Seção, AR 3986 / SP, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJU de 01/08/2011). - Considerando que possui o total de 142 contribuições na qualidade de empregado, bem como o período de agosto de 1962 a agosto de 1992 de atividade rural, verifica-se que, na data do requerimento administrativo, preenchia o período de carência necessário para se aposentar, devendo, portanto, ser julgado procedente o pedido inicial, nestes termos. - Sentença anulada de ofício. Prejudicados o recurso de apelação do INSS e a remessa necessária. Aplicação do artigo 515, §3º, do CPC. Pedido julgado procedente, na forma do artigo 48, §§3º e 4º, da Lei 8.213/91.³

Desta feita percebe-se a constante aplicação da Lei nº 11.718/91 por parte dos tribunais no país como forma de efetivação do direito fundamental à aposentadoria por idade.

³ AC - APELAÇÃO CIVEL. Processo nº 201302010130319, Órgão julgador: Segunda Turma Especializada, TRF 2ª Região, Data da decisão: 20/03/2014.

CONCLUSÃO

A partir da inclusão no sistema jurídico da Lei nº 11.718/91, percebe-se um avanço em relação a concretização do direito fundamental a aposentadoria por idade no Brasil, por conta do referido diploma legal que beneficia aqueles trabalhadores que deixaram a vida campesina antes do preenchimento dos requisitos legais para o jubramento.

A Lei nº 11.718/91 está alicerçada no princípio da dignidade da pessoa humana, pois visa garantir a proteção daqueles trabalhadores rurais que agora estão trabalhando no meio urbano e poderão somar os períodos de trabalho rural e urbano para fins de concessão de aposentadoria por idade, a partir do implemento do requisito etário.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Lei n 8.213/91. Plano de Benefícios da Previdência Social. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1991.

BRASIL, Lei nº 11.718/08. DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2008.

Superior Tribunal de Justiça: www.stj.jus.br

Supremo Tribunal Federal: www.stf.jus.br